

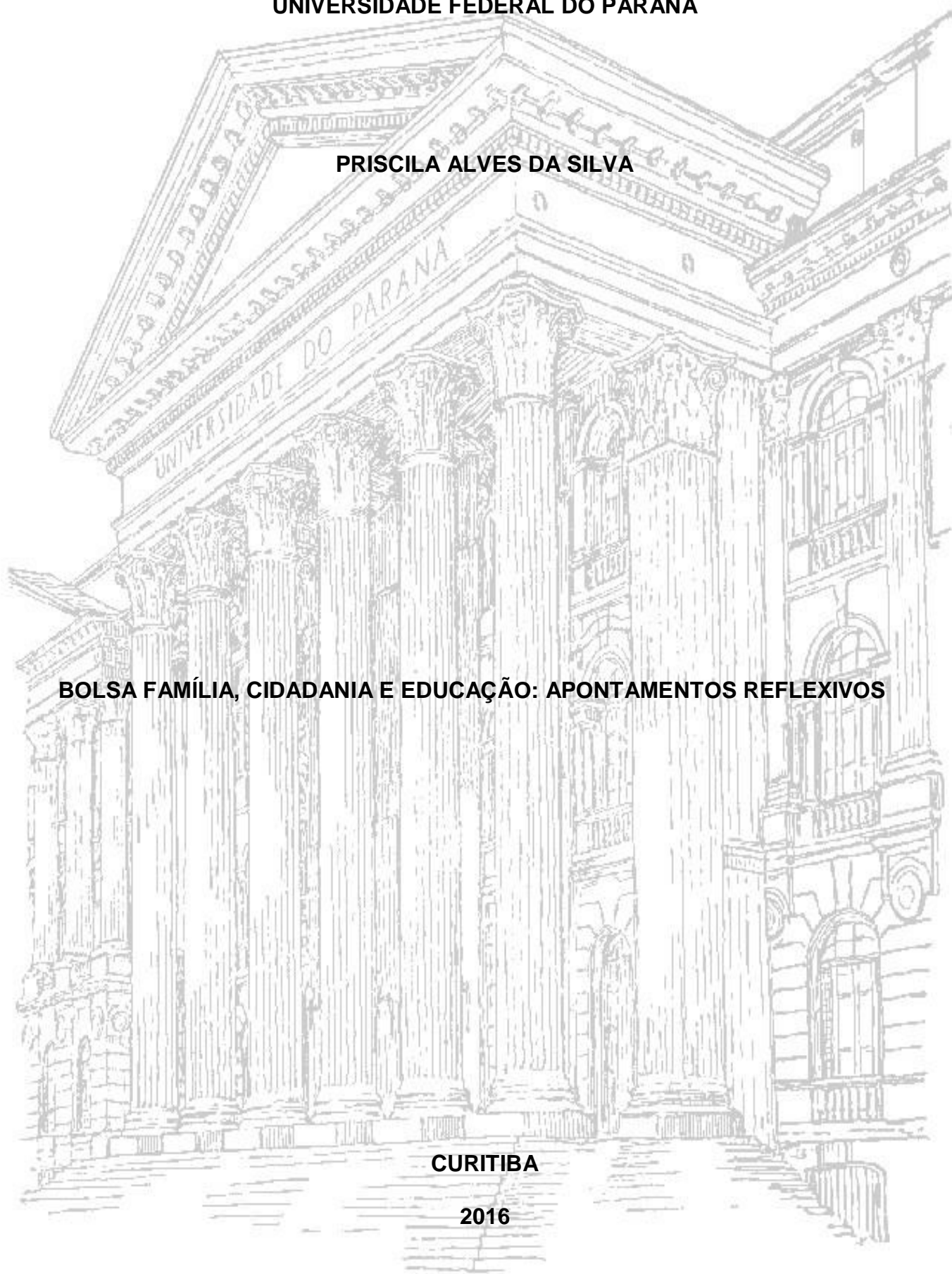
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**PRISCILA ALVES DA SILVA**

**BOLSA FAMÍLIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS REFLEXIVOS**

**CURITIBA**

**2016**



**PRISCILA ALVES DA SILVA**

**BOLSA FAMÍLIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS  
REFLEXIVOS**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr.: Daniel Soczek

**CURITIBA**

**2016**

# **BOLSA FAMÍLIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS REFLEXIVOS**

**Priscila Alves da Silva**

**Resumo:** O presente texto pretende apresentar o Programa Bolsa Família no que diz respeito ao seu esforço em manter as crianças em idade escolar na Escola em confronto às lacunas do processo educacional para uma formação cidadã. Para isso, utilizamos os autores Klein e Pátaro (2008) que fazem o resgate histórico do sistema educacional, apresentando uma reflexão sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. Percorrendo com Brandão, Pereira e Dalt (2013) que apresentam as condicionalidades da Educação dentro do Programa Bolsa Família e juntamente apontando além dos autores citados alguns dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário sobre o Programa do Governo Federal. A metodologia utilizada foi a de pesquisa documental e bibliográfica. Essa pesquisa aponta para a efetividade da conquista da cidadania e dos direitos relacionada à importância da Educação atrelada ao Programa Bolsa Família, com vistas à transformação social e superação da situação de pobreza e vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Educação. Cidadania.

## **1 INTRODUÇÃO**

Temos observado mudanças advindas do processo da democratização ao acesso à tecnologia e informação. Vivemos na era do conhecimento em grande parte atribuída à internet e sua agilidade na comunicação, com uma rede de recursos e serviços disponíveis para desconstruir o modelo de aprendizagem que até então se conhecia e romper como único, tanto formativo e informativo e aproximar a novos modos de aprendizado.

No que tange ao processo educacional, o modelo tradicional ainda permanece vigente, pois como se observa, a escola nesse sentido pouco se alterou. A educação escolar em seu aspecto cognitivo busca transmitir

conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade e também, abrange a dimensão socializadora, que propõe que os sujeitos se integrem ao coletivo e estabeleçam relações dentro desse ambiente.

Em sua gênese baseada em práticas excludentes e elitistas, muitas vezes a escola não têm sido espaço de transformação e que contempla a diversidade, nem tampouco se mostrou um espaço tão mais democrático e inclusivo, mesmo estando diante das populações mais pobres e necessitadas, que justificam a necessidade à estar aberto a essa demanda.

Com isso, podemos questionar: A escola tem se mostrado sensível diante à realidade desse novo processo em que se encontra? Enquanto peça chave no processo, se preocupa com a realidade de seus alunos e os inclui potencialmente dentro de suas salas de aula?

Dentro do Programa Bolsa Família, podemos verificar a abordagem das condicionalidades atreladas ao benefício, sendo muitas vezes ficando pouco clara a sua necessidade ao usuário, fazendo-se necessário um maior esclarecimento diante dos serviços que o executam, para não gerar um caráter punitivo sobre elas.

No que diz respeito ao conhecimento da Constituição, muitos são os brasileiros que desconhecem os seus direitos, tendo seus direitos fundamentais negligenciados por um Estado omissivo.

Para isso, proponho uma reflexão acerca dos desafios da escola na proposta da transformação social e também do processo de formação cidadã que é necessária ao aluno em fase escolar. Vamos, portanto, ver algumas transformações pelas quais a escola passou e quais suas funções sociais têm se mantido relevantes até este momento.

## **2 DEMOCRATIZAÇÃO DE ENSINO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

A relação entre escola e sociedade passa se transformando ao longo da história e refletir suas funções em seus contextos torna-se, mais do que nunca, imprescindível à medida que pensemos em trilhar um novo caminho

para a educação, estando este articulado com a complexidade social que se apresenta nos dias de hoje.

Dentro da proposta de conhecer as transformações da educação ao longo do tempo, houve três momentos, em que se tinha uma visão distinta da necessidade de se ofertar conhecimento: a suprageneracional, intergeracional e a intrageracional, que demarcaram o modelo que temos atualmente.

Conforme podemos verificar com Villa (2007) apud Klein e Pátaro (2008), a primeira da qual iremos abordar é a suprageneracional, que é advinda de sociedades muito antigas, onde todo saber acumulado era transmitido à maior parte da população através de conhecimentos da vida cotidiana, do convívio familiar e que era estritamente necessário ao conhecimento de todos. A escola formal era para poucos, exclusivamente para aqueles que desempenhavam papéis de grande importância social, ou seja, eram da elite.

No segundo momento, já na sociedade capitalista da revolução industrial, a escola torna-se a instituição dominante na oferta de educação formal, tendo como objetivo principal a reprodução da divisão social do trabalho e dos valores de ideologias dominantes. Não esquecendo que a escola nasce juntamente com as fábricas nesse processo, de fim das produções artesanais e início da era de produção fabril, onde surge a necessidade de modernização da instituição escolar (Mendonça, 2011).

Com o processo de revolução industrial, marcada pelas transformações sociais, desenvolvimentos científicos, tecnológicos e industriais, surgiram novas necessidades educacionais, nesse segundo momento a família perde grande parte da função educativa, que agora já passa a ser atribuída à escola, pois só ela já não dava conta de transmitir os saberes para essa nova sociedade.

Nos anos 50 e até o início da década de 60, a educação é, sobretudo considerada um instrumento de mobilidade social. Neste quadro, além das funções de socialização e de formação, a educação deveria dar “status” aos indivíduos. A educação representava, para o indivíduo, a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social. (SOBRAL, 2000, P.3).

Mesmo com o maior alcance, ainda manteve um caráter elitista, pois ainda havia uma seleção que determinava quem poderia estudar. Esse segundo momento é chamado período intergeracional e pode ser explicado por Klein e Pátaro:

A segunda revolução, datada do século XVIII, relaciona-se à responsabilidade do Estado frente à educação da população infantil: as escolas deixaram de ser apenas fruto de iniciativas aleatórias do setor privado. O compromisso estatal com a escola restringia-se ao ensino fundamental, cujo objetivo estava circunscrito à alfabetização e ao domínio de cálculos elementares. Contudo, a escassez de vagas oferecidas levou a uma nova elitização: só os *mais inteligentes* tinham oportunidade de estudar, ou seja, aqueles que obtinham boas notas e que se adaptavam à instituição, correspondendo às suas exigências. Institucionalmente, esta “seleção” levou à formação de um corpo discente homogêneo, com rendimentos escolares semelhantes e expectativas convergentes. Socialmente, esta elitização resultou na distinção dos indivíduos pelo seu nível de escolarização, garantindo aos mais graduados um futuro promissor. Em ambos os períodos deparamo-nos com a educação escolar como privilégio, o que conferia aos seus beneficiários status social e econômico. (KLEIN E PÁTARO, 2008, P. 3)

E por fim a intrageracional, que é a que condiz com situação apresentada no atual cenário educacional, com as informações em ritmo acelerado, a transmissão de conhecimento deve ser cada vez mais rápido e contínuo. Portanto, uma formação básica e inicial não é suficiente para suprir as necessidades ao longo das transformações da vida contemporânea, exigindo uma formação continuada.

Da terceira revolução é que temos a educação escolar como um direito, sendo estendido a todos sem distinções. Como consequência, houve um processo de democratização, que buscou priorizar a diversidade e superar a “pedagogia da exclusão”. Temos também a mudança do foco do ensino para a aprendizagem, a importância dada à educação pré-escolar e o rompimento entre graus educacionais e status econômico-social.

Vemos com as autoras acima citadas que o papel desempenhado pela escola está articulado de acordo com os valores e necessidades de cada momento histórico. E o atual momento nos impõe à escola o desafio de lidar com a realidade de que formação e informação estão hoje em todas as partes. A escola deixou de ser a única e exclusiva referência enquanto fonte de saber, pois a todo tempo nos vemos mediados por ferramentas modernas – cada vez

mais tecnológicas - de comunicação e informação que ampliam o horizonte do conhecimento.

Nem por isso, a escola deixa de ser a mais importante etapa do processo de aprendizagem, pois não foi e nem sequer será substituída. Nos mesmos moldes em que se iniciou ela continua funcionando, embora hoje em uma estrutura que corresponde a outra realidade.

Sem educação sendo estendida a todos, a democracia não se realiza. A escola nesse viés precisa sempre ser democrática, conforme apresentam Klein e Pátaro (2008). Se não houver esforços sistemáticos para o acesso e também para a permanência de todos na escola, não haverá democratização. O acesso reivindicado nunca deverá somente de se frequentar uma escola, mas sim a todos os bens culturais da sociedade: conhecimentos, linguagens, expressões artísticas, práticas sociais e morais, ou seja, ter acesso a todo um leque de opções valorosas que as gerações podem se apoderar enquanto valor histórico.

Esta concepção ampla de acesso nos implica com a questão do fracasso escolar e exclusão que o mesmo propiciará. Para tanto, a escola deve atuar com vistas à transformação e visando à inclusão social e o fim do fracasso escolar. Não podemos ter uma escola democrática sem que os alunos tenham de fato acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade.

## **2.1 Escola: Espaço de instrução e formação**

Historicamente, coube à instituição escolar a responsabilidade sobre a transmissão do conhecimento e suas implicações sociais advindas dessa função. Um espaço de instrução e formação é digamos a principal característica de uma escola. Essa característica marca o objetivo principal da escola e também, na expectativa de que ela deva transmitir os conteúdos escolares, permeados na relação professor/aluno e ensino/aprendizagem (Mendonça, 2011).

Nessa instituição em que todas as crianças e jovens deveriam frequentar por no mínimo 12 anos e em que teriam que dedicar-se a estudos, trabalhos em grupo e outras atividades, se contabiliza o tempo escolar

necessário para o seu desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito à sua formação educacional e cognitiva.

Não que seja dessa forma que vem acontecendo, uma vez que nem todos têm permanecido por esse tempo. Muitos chegam perto de pouco mais da metade desse tempo, vindo a concluir de modo ineficiente o ensino fundamental, sabendo ler e escrever. Alguns não têm acessado os seus direitos e muitas são as razões que levam ao abandono dos estudos, seja por negligência de familiares, seja pela miséria que os obriga a buscar trabalho mais cedo, ou por omissão do próprio Estado que não oferta as vagas em acordo com as demandas existentes, fazendo com que o acesso seja mais difícil.

Mendonça (2011) propõe que:

A escola ainda é uma instituição necessária, pois nela os indivíduos passam hoje boa parte de suas vidas, embora muito distantes da apropriação dos significados sociais expressos nos conteúdos escolares. É necessário, portanto, partir dessa realidade e construir uma transição, que possibilite a construção de sentidos e significados, reelaborada à luz de uma perspectiva de educação, que certamente gerará mais conflitos, mas também pode gerar novas possibilidades pedagógicas, que superem o distanciamento e a ausência de sentidos tão presentes no cotidiano escolar, nas relações entre seus principais agentes: professor e estudantes.

É dentro da escola que se constituem as relações institucionais e interpessoais que vão além das estabelecidas em família e comunidade e que são responsáveis historicamente por dois grandes objetivos: instruir e formar.

Conforme apresentam Puig (2000); Araújo (2003) apud Klein e Pátaro (2008), a primeira diz respeito à transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade, que são valorizados em sociedade. Já a segunda corresponde à valores, regras internas, que fazem com que a escola não se limite somente a dimensão cognitiva dos alunos, mas sobretudo, tem grande importância na formação moral.

Thomaz (2008) apresenta que o papel da escola não é só propiciar conhecimento intelectual, pertencente da grade curricular, mas que seu papel vai além, pois cabe ao professor/escola preparar os jovens para o futuro. Sendo sua pretensão uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário



preparar os seus alunos para que sejam mais que cidadãos de papel, mas que sejam de fato cidadãos e exerçam seus direitos e participem ativamente da sociedade. A autora acredita que educar não é apenas instruir, mas também oferecer uma experiência significativa que prepare os educandos para a vida.

Para que o educando passe a agir como um verdadeiro cidadão é necessário fazer com que a cidadania seja vivenciada no cotidiano escolar. Isso não é utópico, nem irreal. Muitas práticas precisam ser mudadas, seja pela direção, professores, funcionários, pais e alunos. Exige-se um novo olhar sobre o papel da escola.

A autora descreve como exemplo sua prática em sala de aula, onde cidadania, direitos e deveres do cidadão foram trabalhados, focalizando na melhoria da auto-estima e na importância de valores como responsabilidade, solidariedade, companheirismo, amizade, empatia, ética, cuidado com o meio ambiente, que foram trabalhados e sensibilizados com os alunos, estabelecendo e potencializando o cumprimento de atitudes cidadãs no cotidiano dos alunos.

Sobral (2000) apresenta que a educação é importante para o país enquanto condição de competitividade, para permitir construir um paradigma produtivo que é baseado, primeiramente, na dominação do conhecimento. A educação também é muito relevante no seu papel de diminuição das desigualdades sociais, ou seja, como promotora de cidadania social.

Ainda com a autora:

[...] é importante destacar que uma única concepção de educação não pode dominar inteiramente, da mesma forma como se afirmou anteriormente que o novo modo de produção de conhecimento não pode excluir o antigo ou que se sugeriu um modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico. No que se refere à educação, as dimensões social e econômica não são necessariamente excludentes. A visão utilitarista não pode eliminar a visão humanista (SOBRAL, 2000. P.6)

Curry (2003) apud Souza (2009) apresenta que as escolas precisam ser espaços de construção de personalidades humanas autônomas, em quais os alunos irão aprender a ser pessoas de bem. Lá os alunos serão ensinados a valorizar e respeitar diferenças, na convivência com os que estão ao seu redor, no exemplo dos professores, ou pela maneira em que eles são ensinados em

sala de aula, mas principalmente pelo clima das relações em toda a comunidade escolar.

## **2.2 A função Social da Educação: continuidades e rupturas**

A relação entre escola e sociedade, ao longo da história, vem passando por algumas transformações. Dialogar sobre a Educação nos mais variados contextos torna-se importante na medida em que vislumbramos novos caminhos para trilhar, caminhos estes, que vão de encontro com a complexidade/diversidade existentes na atualidade. (Klein e Pátaro, 2008, p. 4).

A escola cumpre uma função social essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores serão transmitidos e construídos mediante ações educativas. Nesta instituição nossas crianças e jovens permanecem quatro horas por dia, cinco dias por semana, nove meses por ano e ao menos doze anos de suas vidas. Trata-se da única instituição social por qual passa obrigatoriamente toda a população infantil e juvenil. A incidência da escola sobre a vida das crianças e dos jovens não se restringe às horas em que permanecem na instituição, prolonga-se para além deste tempo, compreendendo o desenvolvimento de atividades como tarefas, estudo, trabalhos em grupo, etc. (KLEIN E PÁTARO, 2008, P. 4).

Pode-se dizer que a educação é um instrumento constante de aperfeiçoamento da sociedade, que busca promover a autonomia do indivíduo, a sua visão de mundo e também a forma como elas visualizam os acontecimentos na sua cidade, no país em geral. Ela precisa superar as concepções de mundo marcadas pela intolerância, preconceito e discriminação por um modo que analise os acontecimentos, buscando promover o sentimento de responsabilidade para com o mundo que se vive. Assim, o indivíduo poderá entender que o mundo que está ao seu redor é também resultado das suas próprias ações de consciências individuais e sociais. (MALISKA, 2013, P. 1965 APUD REZENDE E BREGA FILHO, 2015 P. 219).

Neste sentido, a Educação é fator fundamental que gera mudança estrutural na sociedade bem como na qualidade particular de vida das pessoas. Essa é uma das relações fundamentais do porque ter papel de destaque, mesmo que junto aos programas sociais. Sendo assim, a deficiência em

formação educacional impede que haja novas possibilidades na renda das novas gerações. Assim, num círculo vicioso, no qual a pobreza é um fator determinante, já se mantém estabelecida.

Para Mendonça (2011), as condições objetivas da escola, desmotivam e comprometem as ações dos sujeitos, principalmente na escola pública, no desenvolvimento do campo pedagógico, com infraestrutura sucateada, superlotação das salas de aulas; baixos salários dos professores e demais funcionários, bibliotecas pouco equipadas e em precário funcionamento, ausência de um projeto político-pedagógico bem elaborado, precarização do trabalho, com rotatividade de trabalhadores, (terceirização) e políticas governamentais direcionadas ao cerceamento da autonomia dos profissionais, ou seja, todos os elementos presentes em um ambiente escolar desfavorável ao bom aprendizado acarretam em uma formação educacional deficiente.

No Brasil a desigualdade está relacionada a infraestrutura das escolas, pois as que são maiores, com estruturas adequadas, com laboratórios, bibliotecas e professores com melhor formação, são mais eficientes. Além de investir em infraestrutura e em equipe técnico-pedagógica, outra medida necessária é a adoção de um currículo nacional comum a todas as unidades, que indique o que cada aluno deve aprender em cada etapa da escola.

Para Lima (1991) p. 97 apud Thomaz (2008) a sociedade que se quer, transcorre pela escola que se pretende. Esta que por sua vez não se consegue por meio de decretos ou de determinações vindas de gabinetes, é um conjunto de decisões com o parecer de todos que compõem o cotidiano escolar. Para se conseguir o bem comum e avançar com esses propósitos, todos deverão estar buscando os mesmos objetivos. As decisões precisam ser tomadas de modo participativo e democrático e cada momento do estudante no ambiente escolar deve direcioná-lo para a formação de um cidadão crítico, responsável e comprometido com a transformação social.

A Educação no Brasil é contemplada como um direito social de todos e dever da família e do Estado, iniciando-se no lar, passando pela sociedade e terminando na escola. A educação escolar é um dos direitos sociais que está disposto dentro da Constituição Federal de 88, no artigo 6º, conforme podemos ver aqui:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Analizando este cenário, conforme apresentam Rezende e Brega Filho (2015, p.204) verificou-se que os brasileiros não conhecem seus direitos mínimos e pouco sabem sobre as garantias fundamentais dispostas na Constituição Federal, sendo assim, desconhecem também seus deveres.

Deste desconhecimento surge um grande número de brasileiros que estão marginalizados em uma realidade paralela, estando vítimas da sociedade e do Estado e distantes do seu papel para a transformação social.

O cidadão estando distante do seu papel está privado de conhecimento e informação para não cair nas mãos de um Estado que possivelmente o oprime e se omite com seus deveres, na aplicação de recursos em políticas públicas imprescindíveis como saúde, educação, moradia, segurança. (Rezende e Brega Filho, 2015, p.204).

Os princípios que fundamentam o país enquanto Estado Democrático de Direito na Constituição Federal, apresentam que a soberania é popular, conforme visto no parágrafo único do artigo, devendo obedecer aos princípios que o regem: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

O direito à educação e seus objetivos encontram-se no artigo 205, que prevê que a Educação visa o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para exercer a sua cidadania e levá-lo a obter sua qualificação para o trabalho (REZENDE; BREGA FILHO, 2015, p.205).

Os autores ainda afirmam que os objetivos do direito à educação estão entrelaçados com os próprios princípios e objetivos fundamentais da República, com os quais podem-se vislumbrar que a realização do direito à educação não beneficia somente o indivíduo mas também enriquece a sociedade como um todo, fortalece a democracia e o desenvolver da sociedade e dos princípios de uma república, ofertando a preparação do indivíduo frente os espaços públicos, sob a primazia dos escritos da Constituição, o que também é propriamente do interesse do Estado.

Ainda com os autores citados acima, efetivando o direito ao acesso à Educação, possibilitará garantir a igualdade nas oportunidades aos sujeitos, pois para conquistar a liberdade e a democracia em sua totalidade todos deverão ter acesso ao essencial básico de seus direitos.

### **2.3 Educação e cidadania**

A Educação é uma importante política social, uma vez que a escola é uma instituição social de passagem obrigatória que certamente irá permear o desenvolvimento de todas as futuras gerações.

Podemos afirmar que a ligação de cidadania e direito à educação é realmente estrita, uma vez que para sua total efetivação é necessário que haja um processo de ensino apropriado, que priorize os assuntos das constitucionais, que se propunha a preparar o indivíduo para exercer seus direitos e deveres inerentes à sua condição enquanto cidadão.

Com efeito, a cidadania assume o papel de mais alta relevância, tornando-se princípio norteador de todo sistema jurídico pátrio, direcionando e condicionando toda atividade estatal e exprimindo um valor considerado essencial pela sociedade brasileira, qual seja a democracia. (REZENDE; BREGA FILHO, 2015, p.209)

Neste pressuposto, temos que a educação é um dos mais importantes instrumentos de formação da cidadania, no sentido do pleno reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão, este como sujeito responsável pela sociedade em que está inserido, na condição de instrumento social básico.

Sendo assim, a educação permite ao sujeito a superação da marginalidade para a materialização da cidadania, pois sendo a educação um dos atributos da cidadania, compõe a sua essência, não podemos imaginar a conquista da cidadania sem a educação (Silva, 1998 p.140 apud Rezende e Brega Filho, 2015, p.218).

Não se pode esquecer que a educação de um país revela seu nível de desenvolvimento, bem como seu patamar de democracia da qual se vive e o

quanto é o respeito à cidadania e a proteção empregada à dignidade da pessoa humana.

Para o exercício da cidadania, é necessário que cada pessoa seja esclarecida e preparada, pois, sendo assim, o cidadão que não conhece também não exercita seus direitos e nessa lógica possivelmente não fiscaliza os seus governantes.

É necessário priorizar na prática educacional os valores básicos que desperte seus alunos para uma consciência sobre a construção e transformação da sociedade, com princípios da democracia, justiça social, cidadania e dignidade, condizentes com os valores e objetivos da Constituição.

Os direitos sociais fundamentais garantidos constitucionalmente e o grande abismo que separa milhões de brasileiros compõem o cenário que justifica a real necessidade de atuações de maior efetividade por parte do Estado. Em se tratando de direitos sociais, as políticas de transferência de renda buscam sanar a grande mazela da miséria e desigualdade social que permeia a nossa sociedade.

O país tem declarado constitucionalmente como um de seus objetivos fundamentais a diminuição da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais, conforme podemos verificar no Art. 3º da Constituição Federal: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Diante disso, o Programa Bolsa Família, tem sido um grande aliado no combate à essa histórica desigualdade social que demarca o país, fazendo com que famílias pobres possam ter condições de acessar direitos e garantir os mínimos sociais.

Por isso se faz fundamental a decisão do Estado de criar os programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, que oportunizam à famílias em situação de vulnerabilidades a melhorarem suas condições de vida. Esse é o caso do PBF, abaixo apresentado.

### **3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO**

O Programa Bolsa Família instituído pelo Governo Federal pela Lei Federal nº 10.836 de nove de janeiro de 2004, vem buscando diminuir de uma maneira programada, necessariamente imediata, as situações de pobreza extrema de famílias inseridas na grande população pertencente à camada economicamente mais vulnerável e pertencente a uma situação de dívida social histórica, derivada da negação e muitas situações de violações de direitos por parte do Estado e sociedade.

O Programa Bolsa Família (PBF) é atualmente o carro chefe dos programas sociais, da qual tem beneficiado mais de treze milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, que dentro da proposta da transferência de renda tem possibilitado melhores condições às famílias, principalmente na área de alimentação e vestuário às crianças em fase escolar.

Por meio dessa política, além de transferência de renda, o Estado contribui na inclusão social, cuja finalidade principal é combater a pobreza e estimular os grupos sociais mais excluídos a obterem acesso às políticas públicas, através dos equipamentos sociais, que ofertam diversos serviços de atendimento e orientação, que garantem melhores condições de vida e dignidade.

Tendo em vista que o Programa PBF é o maior e único de amplitude nacional atualmente no combate à pobreza, há certas necessidades de atuações conjuntas com demais políticas e também incluem-se aí as condicionalidades que foram atreladas como forma de impulsionar a efetividade dessas ações, conforme propõe o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016):

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades. Mas não são apenas os beneficiários que têm a responsabilidade de cumprir esses compromissos. O poder público também deve ter um foco nessas famílias ao garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços (MDSA, 2016).

De acordo com o MDSA, o Programa transfere renda diretamente às famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa) e pobres (com renda mensal de R\$ 85,00 a R\$ 170,00 por pessoa), tendo além do benefício básico como os variáveis também, que são os benefícios que

dependem da composição familiar, como no caso as gestantes, a idade dos familiares, o número de familiares entre outros:

QUADRO 1 – BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

TIPO	VALOR	PERFIL	CONDICIONALIDADE
Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.	<b>R\$ 39,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição.	É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.

FONTE: MDSA (2016).

QUADRO 2 – BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO À GESTANTE

TIPO	VALOR	PERFIL	CONDICIONALIDADE
Benefício Variável Vinculado à Gestante.	<b>R\$ 39,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais.	O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.

FONTE: MDSA (2016).



QUADRO 3 – BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO À NUTRIZ

TIPO	VALOR	PERFIL	CONDICIONALIDADE
Benefício Variável Vinculado à Nutriz.	<b>R\$ 39,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.  São seis parcelas mensais.	Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

FONTE: MDSA (2016).

QUADRO 4 – BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO AO ADOLESCENTE

TIPO	VALOR	PERFIL	CONDICIONALIDADE
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (até dois por família)	<b>R\$ 46,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição.	É exigida frequência escolar dos adolescentes.

FONTE: MDSA (2016).

QUADRO 5 – BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

TIPO	VALOR	PERFIL	CONDICIONALIDADE
Benefício para superação da pobreza em valor calculado individualmente para cada família.	O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de <b>R\$ 85,00</b> de renda por pessoa.	Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.	As mesmas que as anteriores.

FONTE: MDSA (2016).

Acima apresentamos nos quadros os benefícios variáveis, que dependem além da composição familiar e do número de pessoas, idades, da presença de gestantes e da renda da família beneficiária, etc.

Como podemos ver em Brandão (2013) o usuário do Bolsa Família precisa cumprir essas condicionalidades para permanecer e continuar a receber o benefício. Sendo assim as crianças menores de seis anos precisam ser imunizadas, as mulheres grávidas, lactantes e bebês têm de fazer o acompanhamento médico com todos os exames e as visitas agendadas e as crianças e adolescentes em idade escolar devem estar matriculados e apresentar frequência mínima de 85% e 75%, respectivamente.

Segundo o MDSA, o objetivo principal do programa é contribuir para a superação da pobreza, em três eixos de atuação: transferência direta de renda que permite o alívio imediato na situação econômica das famílias; o acesso a serviços públicos referenciados de direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social através das condicionalidades fazendo com que se permita romper com o ciclo reprodutivo de pobreza; ação coordenada de governo com apoio das três esferas, de atuação conjunta com a sociedade na superação da situação de vulnerabilidade e pobreza.

Brandão (2013) apresenta que as condicionalidades são parâmetros para as famílias beneficiárias obterem acesso aos direitos mínimos, assim seu cumprimento seria, na concepção do programa, um fator que soma para a superação da condição de pobreza das famílias beneficiárias.

Dessa maneira, as condicionalidades estabelecem uma relação de paridade entre o governo e a sociedade e assim, as famílias usuárias das políticas poderão ser levadas a aderirem aos atendimentos de saúde e educação, fazendo que o poder público se comprometa a melhorar a oferta dos serviços.

Cumprir com as condicionalidades dentro do Programa Bolsa Família é obrigatório e nesse sentido esses determinantes deverão ser entendidos ao mesmo tempo como direito e deveres, como podemos ver abaixo:

[...] esses compromissos devem ser vistos ao mesmo tempo como direitos e deveres: Direitos: o acesso aos serviços de saúde e educação está garantido pela Constituição Federal; Deveres: para receberem o benefício mensal, as famílias devem atender a todas as condicionalidades, garantindo assim escola para crianças e jovens e saúde para todos os membros da família. (BRASIL/MDS, 2010, APUD BRANDÃO, 2013 P.3).

Conforme apresenta Santos (2014) a educação no BF não deve ser somente por sua condicionalidade que “obriga” de certa maneira que o beneficiário siga permanecendo na escola, mas trabalhada junto ao beneficiário e sendo colocada não apenas como uma penalidade, mas sim por um direito a ser acessado para seu próprio desenvolvimento e bem estar, para que este possa enfim exercer a sua cidadania.

Sendo assim, o direito à renda reforça a garantia do direito à educação e a saúde, uma vez que propõe como condicionalidade o acompanhamento deste através do acesso do benefício. Os efeitos das condicionalidades do Bolsa Família agregados a políticas sociais fazem com que os usuários se reforcem com os direitos sociais adquiridos, numa estrutura de proteção ao usuário do Programa, na qual o Estado se compromete em garantir os mínimos previstos na Constituição Federal.

É necessária a articulação entre o PBF e demais políticas públicas - no caso da Educação para além das condicionalidades - no desenvolvimento de capacidades, pelo entendimento da pobreza como um fenômeno complexo e de caráter multidimensional, pois o Programa não compete somente à

transferência de renda e deve estar buscando a efetivação das políticas públicas na oferta dos direitos e desenvolvimento de capacidades das famílias visando o acesso à cidadania.

A permanência na escola aplicada junto da condicionalidade ao acesso à renda possibilitará ao sujeito, no caso do estudante, uma nova perspectiva de direitos, pois assim terá garantido, mesmo que por um outro viés, um acesso à democracia.

### **Considerações Finais:**

A construção social do cidadão, através dos direitos sociais conquistados, previstos pela Constituição, como no caso o Bolsa Família enquanto transferência de renda para a erradicação da pobreza e também a Educação não somente como uma condicionalidade, faz com que se permita romper com o ciclo de pobreza e denota a importância do papel do Estado em garantir o seu compromisso junto a esses direitos.

Diante de muitos dos brasileiros que vivenciam situações de extrema pobreza, há também a ineficiência das políticas públicas, seja pela incompatibilidade com a real oferta dos entes públicos, uma vez que o próprio Programa Bolsa Família não consegue abranger todas as famílias que dele necessitam, havendo inclusive uma lista de espera para receber o benefício, que só permite incluir uma nova família assim que outra família liberar uma “vaga”. Diante disso, podemos perceber que o que prevê na Constituição nem sempre será cumprido em sua totalidade.

Com o que levantamos sobre o Programa Bolsa Família e suas condicionalidades na educação, atreladas a intencionalidade de aplicar com efetividade para a obtenção da superação da condição de situação de vulnerabilidade social e marginalidade, temos que a escola é um espaço de verdadeira magnitude para fornecer subsídios de fortalecimento das políticas públicas e da comunidade na busca pela transformação social.

Esta transformação necessita da participação democrática efetiva de demais agentes escolares, que se proponham a discutir o enfrentamento de muitos problemas comuns, por outro lado, também se devem incluir ao currículo escolar os problemas locais, ou seja, trazendo para dentro da sala de

aula as realidades vivenciadas ao redor, pois cada localidade tem suas particularidades.

A escola articulada à comunidade não é somente uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas um espaço propício para se estabelecer relações de afeto e valores, onde se possa também aprender normas, modelos e estar em uma coesão social. Ela precisa ser inclusiva e precisa pertencer à sua comunidade, se reconhecer como parte desta.

Os questionamentos me fazem considerar que as condicionalidades do PBF podem ser vistas como possíveis de uma relação de troca e aproximação entre os usuários da política e o Estado.

Assim, a educação e o Programa Bolsa Família devem ser pensados numa perspectiva ampliada, não se restringindo somente aos seus efeitos imediatos e práticos, em termos de frequência escolar, mas reais em ganhos de escolaridade e aprendizagem e também aos seus efeitos para além do Programa, como no fortalecimento do usuário nas políticas públicas e de pertencimento ao grupo, no convívio em comunidade, superação da condição de vulnerabilidades e na conquista de sua cidadania.

#### REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. **Política e Trabalho**, vol. 38, 2013, pp. 215-232.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

KLEIN, A. M; PÁTARO, C. S. de O. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. São Paulo: USP, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (Brasil). Benefício Básico e Benefícios Variáveis. Brasília, DF: 2015. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios> Acesso em: 18 out. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (Brasil). Cartilha do Programa Bolsa Família. Brasília, DF: 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (Brasil). As Condiionalidades do Bolsa Família. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/aceso-a-educacao-e-saude>> Acesso em: 08 out. 2016.

MENDONCA, S. G. de L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 31, n. 85, p. 341-357, Dec. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622011000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622011000300003&lng=en&nrm=iso)>. access on 2 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000300003>.

REZENDE, R. A.; BREGA FILHO, V. Educação para a cidadania: o aspecto democrático do direito à educação. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho - PR, n. 22, p. 201-230, ago. 2015. ISSN 2317-3882. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/496>>. Acesso em: 01 set. 2016.

SANTOS, M. C. M. dos et al . A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1381-1405, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000600002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000600002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121663>

SOBRAL, F. A. F. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? *São Paulo Perspec*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-11, jan./mar. 2000.

SOUZA, J. C. S de, SOUZA E. A. de. A importância da escola na formação do cidadão: Algumas Reflexões para o Educador Matemático. **P@rtes**. Agosto de 2009. Disponível em:

<http://www.partes.com.br/educacao/educadormatematico.asp>

THOMAZ, L. A Educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo. 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>>

Acesso em: 01 nov.2016.